INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Departamento de Comunicação

Clipping

Veículo: GaúchaZH
Data: 13/12/2019
Local/abrangência: Estadual
Editoria/Coluna: Educação e Trabalho
Link/Página: https://bit.ly/2Ff6je5
https://bit.ly/36iNXVx

A DESIGUALDADE PERSISTE

Proporção de negros em universidades públicas do RS é maior do que a média brasileira, indica análise de dados de GaúchaZH

No Rio Grande do Sul, número de estudantes pretos ou pardos é mais próximo ao da participação na população

13/12/2019 - 11h30min
Atualizada em 15/12/2019 - 15h20min

MARCEL HARTMANN

Claricia saiu do trabalho como recepcionista e se sustentou com o seguro-desemprego para estudar para o vestibular
André Ávila / Agencia RBS

A notícia foi divulgada em novembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): pela primeira vez na história, há mais negros do que brancos em universidades públicas do país. Um olhar para o Rio Grande do Sul revela que o acesso de pessoas pretas e pardas (ou seja, os negros conforme são considerados pelo governo federal) ao Ensino Superior também está mais proporcional a sua representatividade na população em geral: negros representam 20,5% dos gaúchos, enquanto compõem 19,4% dos estudantes nas nove universidades federais e estaduais no Estado, de acordo com levantamento da IDados Consultoria realizado a pedido de GaúchaZH como complemento à estatística recém-lançada pelo órgão do governo nacional.

Publicid

MAIS LIDA

Após demissão no gover Bolsonaro, general Santo Cruz volta ao front

Bom passe e de cabeça erguida: quem é Lucas Silva, o novo volante do Grêmio

Marcelo Gonzatto: há um conta que não fecha no Beira-Rio

José Augusto Barros: Grêmio acertou a mão en contratar Lucas Silva

26 apostas do RS acertan quina da Mega da Virada

LEIA TAMBÉM

Análise de dados mostra que presença de negros em universidades aumentou, mas desigualdade persiste

Negros são maioria no Ensino Superior público pela primeira vez no Brasil

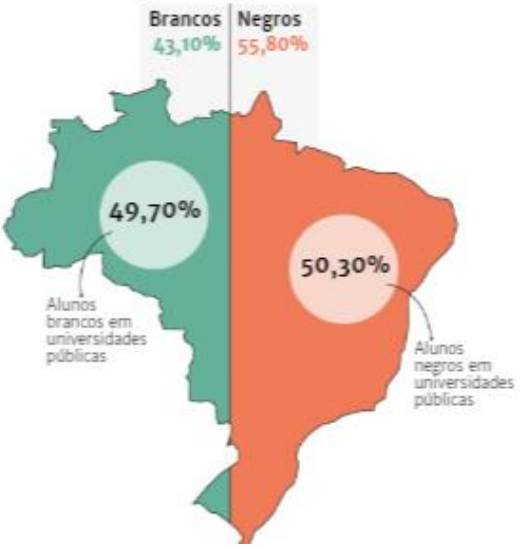
O motivo desse avanço da raça historicamente desfavorecida no país é unânime entre os especialistas: a Lei das Cotas, que foi aplicada em 2012 e é responsável por reservar 50% das vagas em universidades públicas e institutos federais para alunos de escola pública no Ensino Médio (não basta apenas a raça negra para ser cotista, é exigido ter estudado em escola pública). Dessas vagas, uma parte vai para alunos negros e indígenas – 25% no caso da UFRGS. O Programa Universidade para Todos (ProUni), que dá bolsas em instituições particulares, também é citado como um avanço nesse sentido, visto que aproximou os mais pobres da possibilidade de cursar o Ensino Superior.

– Do ponto de vista formal, houve avanço para os negros, pela criação das cotas, mas também pela expansão de vagas *(em universidades públicas)*. No mercado de trabalho, ainda há o que avançar, porque o preconceito é forte. Os próximos passos são ter mais negros em "cursos de prestígio" e melhorar a entrada nas instituições particulares: o grosso de pretos e pardos vem de escola pública, onde a média é bem pior do que na escola privada – avalia João Batista Oliveira, ex-secretário executivo do Ministério da Educação (MEC) e presidente do Instituto Alfa e Beto, ONG dedicada à educação.

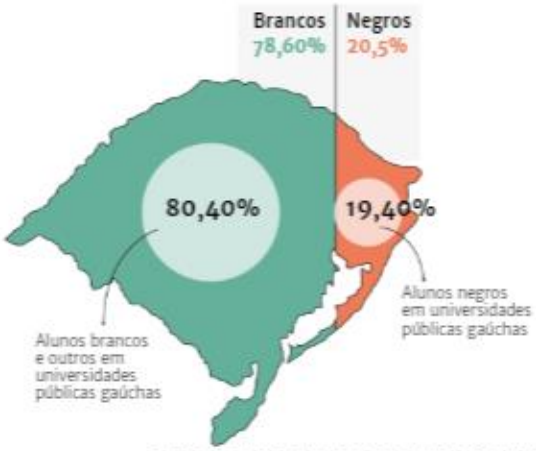
De fato, pretos e pardos estão menos presentes nesses "cursos de prestígio" – aqueles com média mais alta, concorrência forte e maiores salários no mercado de trabalho. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que, no Brasil, as áreas de estudos mais ocupadas por negros são a de educação (o que inclui Pedagogia e licenciaturas) e a de serviços (cursos de Hotelaria, Turismo, Cosmética, Segurança no Trabalho etc.). No Rio Grande do Sul, são serviços e ciências sociais, jornalismo e informação.

Quando o recorte são as carreiras de maior salário, como Medicina, Engenharias e Odontologia, o percentual de negros matriculados é menor em todo o país. Embora representem 55,8% da população nacional, na Medicina, por exemplo, eles são 40% dos alunos de instituições públicas e federais.

População brasileira por raça



População gaúcha por raça



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE) 2018

A chance de ser doutor

No Rio Grande do Sul, há um maior equilíbrio nessa estatística: a população negra soma 20,5% do total do Estado, enquanto 22,2% dos estudantes das faculdades federais de Medicina são pretos ou pardos. Com altos rendimentos vislumbrados após a formatura, a ocupação de todas as vagas reservadas para cotistas fica assegurada.

– A desigualdade racial no Brasil está ligada à renda das pessoas. Menos negros do que brancos se formam no Ensino Médio e, mesmo assim, ocupam, em nível nacional, metade das vagas em universidades públicas. Estamos conseguindo superar a desigualdade verificada na Educação Básica – diz Gregório Grisa, pós-doutor em Sociologia, professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e pesquisador do Ensino Superior brasileiro.

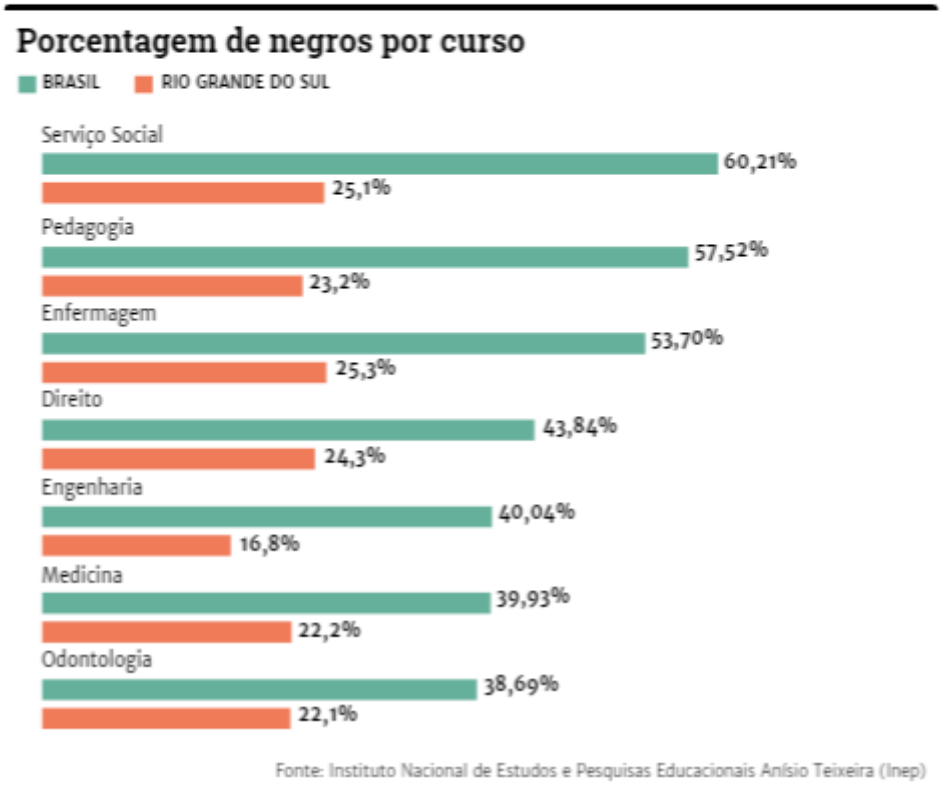
Gustavo já sentiu o preconceito inclusive de um professor. Além de estudar, ele trabalha nos fins de semana
Fernando Gomes / Agência RBS

Gustavo Soares Santana, 21 anos, aprendeu no pré-vestibular gratuito a sonhar com a Medicina. Antes, nem cogitava a possibilidade de se formar médico. Após três anos de estudos, divididos com o trabalho pela manhã e à tarde, entrou na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Como as aulas são em turno integral, ele depende da família para viver – quando consegue, trabalha como fiscal de concursos nos fins de semana.

Ao recordar o início da faculdade, o universitário relata duas situações incômodas que frustraram o esperado dia em que assistiria a uma cirurgia, algo excitante para calouros. Na entrada do hospital, foi o único parado pela recepcionista para identificar-se – era, também, o único negro em meio aos colegas. Após cruzar a entrada e vestir o uniforme cirúrgico, aproximou-se do anestesista responsável pelo procedimento. O médico, ao mirar para o cabelo black power do jovem, sentenciou:
– Vai ter que cortar esse cabelo, hein.

Intimidado pela hierarquia, Gustavo não falou nada. Voltou para casa com um incômodo na garganta e a sensação de que não era bem-vindo – justamente em um espaço que lutou tanto para ocupar.

– Isso me faz pensar na Medicina que quero exercer no futuro. Quero trabalhar no SUS. Para devolver ao meu povo – afirma, solene.



A menor ocupação de negros em cursos mais concorridos é explicada pela desigualdade social. Viver como preto ou pardo no Brasil é, em geral, ter menos qualidade de vida, como mostram indicadores de saúde, segurança, emprego e saneamento básico.

No Estado, onde a população negra é menor, essa desigualdade é ainda mais forte, aponta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), indicador que mede a qualidade de vida das pessoas e varia de 0 a 1 – quanto mais próximo de 1, melhor. Em 2017, para negros gaúchos, o IDHM é de 0,725. O de brancos, 0,810.

– Cursos mais elitizados são escolhas de estudantes com uma família que ensinou a possibilidade de poder acessar uma carreira como Medicina, que garante uma melhor colocação na estrutura de trabalho da sociedade. É uma herança familiar: o aluno teve toda a trajetória escolar constituída para fazer um curso assim – avalia Neusa Chaves Batista, professora de Sociologia da Educação na UFRGS e pesquisadora de ações afirmativas.

A realidade maquiada

Entre os cursos mais concorridos, Direito desponta como opção com grande número de matrículas de negros no Rio Grande do Sul: 24,3% de todos os estudantes do Estado. Claricia Domingues, 25 anos, é um exemplo: entrou na UFRGS após três anos de cursinho popular gratuito. Assim como Gustavo, a decisão não partiu dela própria: veio após um questionamento enquanto trabalhava como jovem aprendiz em um órgão do Judiciário.

Claricia: "A maior parte dos presos são negros. Se eu tiver que defender alguém, serão os meus"
André Ávila / Agencia RBS

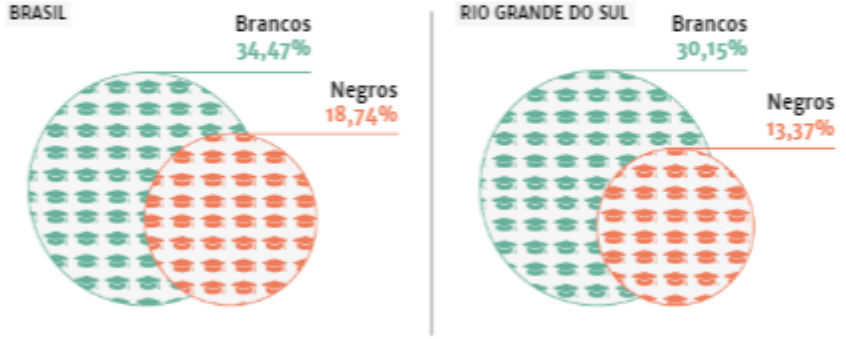
– Me questionaram se eu faria vestibular e eu nem sabia que existia faculdade gratuita, quanto mais qual curso faria. Como estudei em escola pública, quando fui para o cursinho tive de reaprender tudo. Trabalhava oito horas por dia como recepcionista e ia ter aulas à noite. No terceiro ano, saí do trabalho e vivi seis meses de seguro-desemprego. Foi aí que consegui me dedicar e passar no vestibular.

Na faculdade, vista por ela como um ambiente pouco acolhedor para negros, uma das formas de se sentir menos só foi unir-se a outros cotistas – para as fotos feitas por Zero Hora, ela vestiu uma camiseta com a estampa "UFRGS Negrada Direito", uma forma de ressignificar a palavra pejorativa. Questionada sobre a área em que pretende atuar quando formada, ela destaca a de direito penal.

– Enquanto moradora da periferia, direito tributário, por exemplo, é algo muito distante para mim. Direito penal, não: a maior parte dos presos em cadeia são negros e, em geral, são os que mais sofrem violações de direitos humanos. Se eu tiver que defender alguém, serão os meus: as pessoas negras – diz a universitária.

Movimento negro e alunos cotistas ainda defendem que a ocupação de negros é menor do que dizem as estatísticas. A razão: apenas a partir do ano passado é que universidades criaram mecanismos para checar a raça de cotistas. Antes, casos de fraude eram comuns porque bastava apenas marcar ser negro na inscrição para a prova. Além disso, pesquisadores lembram que apenas 15% de todos os universitários estão em instituições públicas – os outros 85% estão em locais privados.

Estudantes de 18 a 24 anos frequentando ou já tendo concluído Ensino Superior



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE) do terceiro trimestre de 2019

(cont.)

NO BRASIL E NO RS

Análise de dados mostra que presença de negros em universidades aumentou, mas desigualdade persiste

Proporcionalmente, pessoas pretas ou pardas ocupam menos espaço nos cursos mais concorridos. Evasão também é um problema apontado por especialistas

13/12/2019 - 11h31min
Atualizada em 13/12/2019 - 11h33min

MARCEL HARTMANN

Juliana tem 27 anos. Sua mãe é empregada doméstica. Estudar Enfermagem na UFRGS era "um sonho"
Fernando Gomes / Agencia RBS

Publicid
tá cheg
LIQUID
FANTA
a verdadeira liqui
CONFI

MAIS LIDA

Após demissão no gover Bolsonaro, general Santo Cruz volta ao front

Bom passe e de cabeça erguida: quem é Lucas Silva, o novo volante do Grêmio

Se negros do Rio Grande do Sul estão prestes a ocupar o número de vagas em universidades públicas compatível com sua proporção na população (**representam 20,5% dos gaúchos e são 19,5% dos universitários, conforme levantamento da IDados Consultoria realizado a pedido de GaúchaZH**), há outro desafio: incluir os mais jovens.

LEIA TAMBÉM

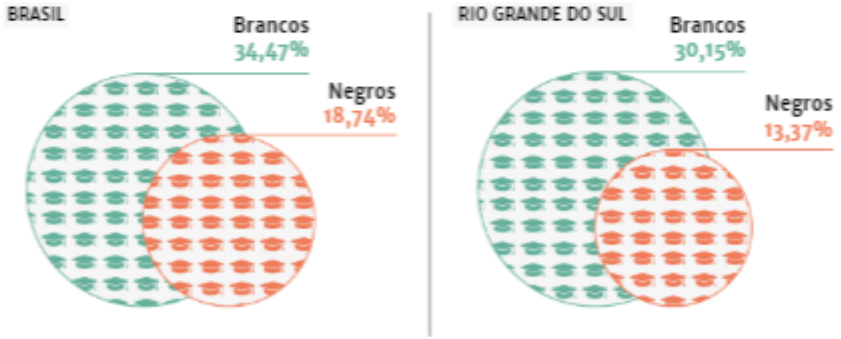
Negros são 19,4% dos alunos em universidades públicas do RS: por que esse número é um avanço

Negros são maioria no Ensino Superior público pela primeira vez no Brasil

Dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (**IBGE**) indicam que, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, quase 35% dos universitários brasileiros são brancos, contra menos de 19% de negros. No Rio Grande do Sul, a diferença é ainda maior: a taxa de matrícula de alunos negros dessa faixa etária nas instituições gaúchas de **Ensino Superior** é de pouco mais de 13%, contra mais de 30% de brancos.

As condições desfavoráveis para jovens negros podem ser explicadas pela desigualdade social: a exigência de conseguir um emprego já na adolescência resulta em maior abandono do **Ensino Médio**, atraso na formatura da escola e, em alguns casos, na própria decisão de prestar vestibular. Uma vez feita a escolha, é preciso conciliar trabalho com cursinho pré-vestibular, o que impede a dedicação total à prova.

Estudantes de 18 a 24 anos frequentando ou já tendo concluído Ensino Superior

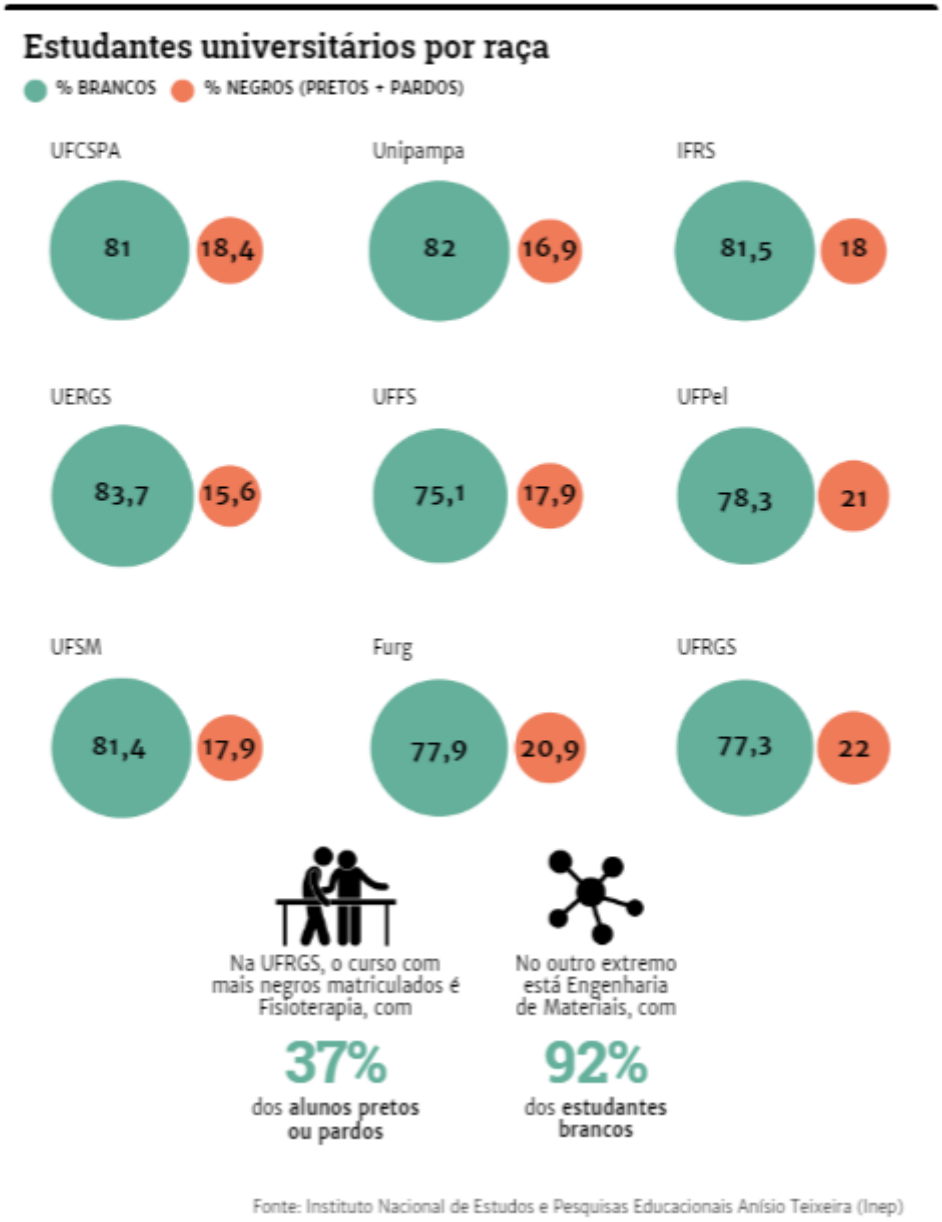


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE) do terceiro trimestre de 2019

Para Neusa Chaves Batista, professora de Sociologia da Educação na **UFRGS** e pesquisadora de ações afirmativas, o cenário mais desfavorável para jovens negros no Rio Grande do Sul sugere que, no Estado, negros são mais vulneráveis.

– Famílias de pessoas negras, no Brasil, têm mais baixa renda. Ao analisar indicadores do IBGE, é possível ver que negros acessam algum tipo de trabalho muito jovens, a maioria antes de concluir o Ensino Médio. Muitos não conseguem concluir a formação escolar e, então, não ficam aptos a entrar na educação superior. Já os jovens de famílias com poder aquisitivo maior, normalmente brancos, concluem o Ensino Médio na idade regular, com 17 anos, e acessam normalmente a universidade – analisa a professora.

A UFRGS é a instituição de Ensino Superior "mais negra" do Estado, aponta a análise da IDados Consultoria: 22% de todos os alunos são pretos ou pardos. Em seguida, estão a Universidade Federal de Rio Grande (Furg) e a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA):



Em específico, a UFRGS começou a adotar cotas em 2008, quatro anos antes da lei nacional que obrigou todas as universidades federais a fazê-lo. Para o futuro, o desafio é garantir a continuidade e a expansão de moradias estudantis e auxílios-financeiros para a permanência dos negros, defende o sociólogo Edilson Nabarro, diretor do Departamento dos Programas de Acesso e Permanência e vice-coordenador da área de Acompanhamento de Ações Afirmativas da instituição.

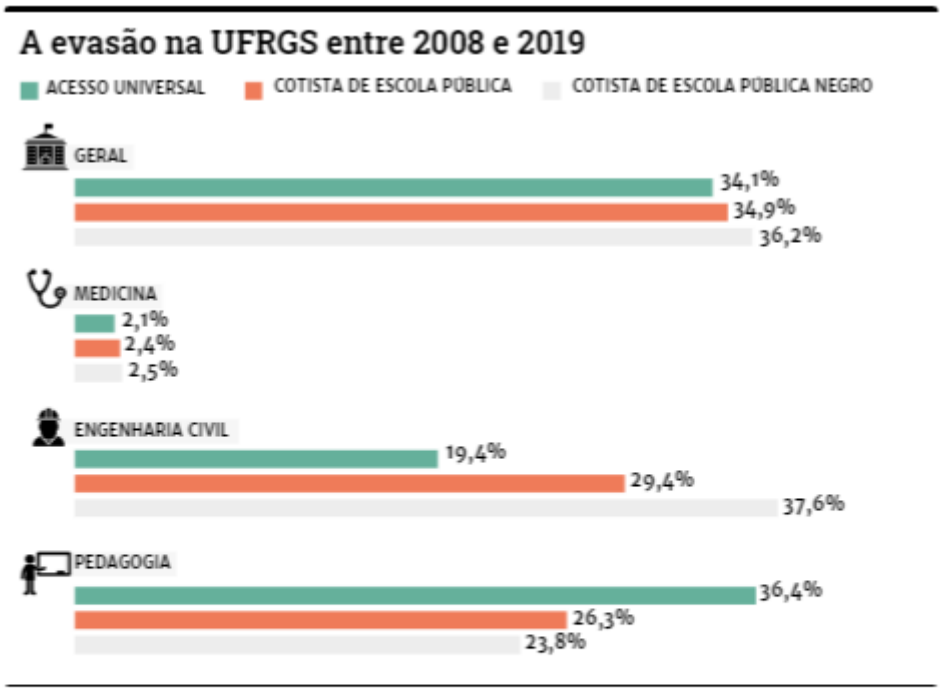
– A inclusão de mais negros no Ensino Superior público se deu graças à criação de mais universidades e institutos federais no governo Lula (2003-2011), além da expansão de cursos noturnos, o que ajuda o trabalhador-aluno. Agora, precisamos garantir a estrutura de incentivo à permanência e pensar a saída: encontrar condições de esses negros entrarem no mercado de trabalho – destaca.

O desafio da permanência

Alunos negros e alunos de acesso universal (que não entram na universidade por cotas) abandonam o curso em proporção próxima, mostra levantamento feito pela UFRGS a pedido de GaúchaZH. De 2008 a 2019, 36,2% dos negros cotistas evadiram, contra 34,1% de evasão de alunos de acesso universal (via de regra, brancos).

Alguns cursos, no entanto, têm realidades particulares que se distinguem desse dado genérico. Na Engenharia Civil da UFRGS, por exemplo, a evasão de pretos e pardos é mais do que o dobro do que a dos universitários que entram via acesso universal. Na Pedagogia, o cenário é o inverso disso: a evasão é maior entre estudantes de acesso universal do que entre os cotistas negros. Na Medicina, quase ninguém larga os estudos. Há explicações para cada uma dessas realidades distintas, atentam especialistas.

– Na Engenharia Civil, a evasão dos negros se dá pela dificuldade em acompanhar o curso. Na Pedagogia, é preciso levar em conta que a maioria dos estudantes é formada por mulheres, negras e pobres. O diploma, então, é a única chance de fazer Ensino Superior sem pagar. É a possibilidade de ascensão social. Então a estudante não irá abandonar o curso – analisa o sociólogo e professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC Paulista (UFABC), Wilson Mesquita.



Alunos cotistas reclamam de obstáculos que, para os mais vulneráveis, são fatores que motivam a saída da faculdade: turno integral que impossibilita trabalhar, textos em inglês; professores na área de saúde que pedem para alunos comprarem materiais e equipamentos caros; funcionários despreparados para lidar com negros.

– Evasão tem a ver com baixa renda, morar na periferia, precisar trabalhar para pagar xerox e até mesmo não ter computador em casa. São as dificuldades materiais. As bolsas de permanência são muito baixas, não pagam todo um aluguel, por exemplo – diz Mesquita. – E tem a dificuldade simbólica: a escola pública, após a ditadura militar, decaiu de qualidade, e aí hoje o aluno não tem a base da matemática, da física e da química trazida do Ensino Médio. Grande parte desses cotistas, se a universidade não tiver políticas de permanência, como fazer cursos de revisão de matemática, não conseguirá acompanhar o curso.

Menos negros saem do Ensino Médio e, mesmo assim, ocupam metade das vagas em universidades públicas. Estamos conseguindo superar a desigualdade verificada na educação básica.

GREGÓRIO GRISA
Professor do IFRS, pesquisador do Ensino Superior brasileiro

Em sua pesquisa de doutorado na Educação, o professor Gregório Grisa acompanhou cotistas de escola pública da UFRGS e descobriu uma constante: maior demora para se formar pela escolha de matricular-se em menos disciplinas. O motivo não era dificuldade para acompanhar os estudos, mas a necessidade de ter tempo livre para trabalhar paralelamente aos estudos.

– A partir do terceiro ou quarto semestres, os cotistas, como trabalham mais, se matriculavam em menos créditos. Eles não rodavam em disciplinas, apenas faziam menos. Há uma correlação aí, porque os cotistas trabalhavam mais do que alunos de acesso universal – explica.

O ritmo dos cotistas

Em relatório publicado no ano passado sobre alunos cotistas, a Comissão de Acompanhamento de Ações Afirmativas da UFRGS afirma que "uma maior ou menor familiaridade com o Ensino Superior nas suas famílias de origem e o perfil de baixa renda podem imprimir um ritmo diferenciado ao percurso acadêmico, bem como a necessidade de negociar sua permanência na universidade perante situações laborais próprias".

Agora, precisamos garantir a estrutura de incentivo à permanência e pensar a saída: encontrar condições de esses negros entrarem no mercado de trabalho.

EDILSON NABARRO
Diretor dos Programas de Acesso e Permanência da UFRGS

A estudante de Enfermagem Juliana Prates, 27 anos, até ganha isenção no restaurante universitário da UFRGS, auxílio de R$ 107 mensais para pagar o ônibus e uma bolsa de R$ 400 como monitora. Mas essas quantias, somadas, não bastam. Impedida de conseguir um trabalho com maior salário por conta das aulas que ocupam o dia inteiro, só resta a ela uma saída: trabalhar nos fins de semana como garçonete, recepcionista ou distribuindo panfletos na rua. Por vezes, precisa faltar a aula porque, ao fim do mês, o dinheiro não é suficiente. Para estudar, sobra o turno da madrugada.

– Tenho que matar um leão por dia. A UFRGS não acompanha o horário de quem é pobre e precisa trabalhar. Minha mãe é empregada doméstica, somos uma família humilde. Na volta das férias, tive colega que foi para Bariloche e para o Rio de Janeiro. Eu fiquei trabalhando para juntar grana e ir até o fim do ano. A gente sente raiva, mas tem que seguir adiante: estudar na UFRGS era um sonho da minha mãe que eu nem achei que pudesse conseguir. A gente que é negro não pode desistir – afirma.

A política de ações afirmativas, que inclui as cotas, se tornou lei, em 2012. Ela seguirá até 2022, quando o governo Jair Bolsonaro terá de decidir se a estratégia vai ou não continuar no Brasil.